

O 25 de Abril e as necessidades

José Calvet de Magalhães¹

Tive conhecimento, por volta das sete da manhã do dia 25 de Abril de 1974, que estava em curso um vasto movimento militar destinado a derrubar o governo. Eu ocupava as funções de secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros e o meu motorista chegava habitualmente à minha residência no Estoril pelas nove horas da manhã. Como ele tinha recentemente mudado de casa e ainda não tinha telefone, não pude preveni-lo para que viesse buscar-me mais cedo do que o habitual. Aguardei a sua chegada à hora costumada e, logo que ele chegou, parti imediatamente para o Ministério, onde cheguei por volta das nove e meia.

Nessa mesma manhã procurou-me o Dr. Rui de Brito e Cunha, chefe de gabinete do ministro Rui Patrício, que me informou ter este estado grande parte da madrugada no Ministério, dispondo dos seus papéis pessoais, tendo saído por volta das oito horas da manhã com destino ao Quartel do Carmo, onde se encontrava o presidente do Conselho, Marcelo Caetano. Disse-me que o Dr. Patrício o encarregara de se ocupar do resto da sua correspondência pessoal a que não tivera tempo de dar destino, assim como dos objectos pessoais que se encontravam no seu gabinete. Solicitou-me instruções acerca dos numerosos documentos oficiais que se encontravam no gabinete ministerial.

Disse-lhe que quanto aos haveres pessoais do Dr. Patrício dispusesse consoante as indicações dele recebidas. Quanto aos papéis oficiais, deveria remetê-los para os serviços respectivos da Secretaria de Estado e entregar os documentos secretos ao director-geral dos Negócios Políticos, que possuía no seu gabinete um armário de ferro para guardar os documentos assim classificados.

Passei o dia 25 de Abril no meu gabinete até às nove e meia da noite, com um intervalo de meia hora, entre as duas e meia e as três horas, para tomar algum alimento. A pressão dos acontecimentos e a diversidade dos problemas que surgiam a todo o momento requereram a minha constante atenção.

Logo que foi anunciada a formação da Junta de Salvação Nacional procurei pôr-me em contacto com ela, a fim de obter instruções sobre algumas matérias da mais alta importância e urgência.

¹ Embaixador, Presidente do IEEI

Entre essas matérias avultava o problema do reconhecimento internacional do novo regime, sendo urgente instruir as nossas missões no estrangeiro para o efeito, assim como comunicar com o corpo diplomático acreditado em Lisboa. Para a execução destes objectivos era necessário, porém, obter a aprovação pela Junta dos termos em que essas diligências deveriam ser feitas.

Ainda na tarde do dia 25 consegui contactar com a Junta que se encontrava na Pontinha. Foi-me dito que a Junta se iria transferir na tarde do dia seguinte para a Cova da Moura e fui convocado pelo seu presidente, o general António de Spínola, para o encontrar no dia 26, pelas dezasseis horas. Sabia que o primeiro-secretário Dr. João Diogo Nunes Barata, a prestar serviço no Protocolo, fora secretário do general na Guiné, com quem estabelecera relações de amizade. Chamei-o ao meu gabinete, dei-lhe conta da convocação do presidente da Junta e instruí-o para me acompanhar no dia seguinte a essa reunião.

Fui recebido pelo general pelas dezassete horas, o qual estava acompanhado pelo general Jaime Silvério Marques. Apresentei-lhe um projecto de circular telegráfica a enviar às missões que ele aprovou, sugerindo uma pequena alteração. Durante este curto encontro o general foi várias vezes interrompido pelo telefone ou pelos ajudantes que irrompiam pelo gabinete. As circunstâncias não eram propícias a que me ocupasse de assuntos secretos ou delicados, que só poderiam ser tratados em conversas reservadas. Por isso não abordei, na altura, alguns assuntos importantes que no meu entender deveriam ser do conhecimento da Junta.

Ao despedir-me, o general Spínola disse-me:

- Tinha um favor a pedir ao senhor embaixador...
- Faça favor...
- Gostaria que o Dr. Nunes Barata ficasse aqui trabalhando junto de mim.
- Pode ficar já – respondi.

Foi assim que o Ministério dos Negócios Estrangeiros passou a ter um delegado seu na Junta de Salvação Nacional. Em virtude da confusão criada nos serviços dos vários ministérios, a Junta decidiu designar delegados seus junto deles. Excepto, naturalmente, no Ministério dos Negócios Estrangeiros. Enquanto dirigi o Ministério, na ausência de um ministro, que só foi designado no dia 16 de Maio, comuniquei com a Junta acerca dos assuntos correntes através do Dr. Nunes Barata, o que permitiu fazer funcionar o Ministério com toda a normalidade.

Só recentemente tive conhecimento, por uma entrevista por ele dada à imprensa, que o Dr. Nunes Barata, em virtude das suas relações íntimas com o general Spínola, já tinha, na manhã de 25 de Abril, contactado com o general.

Entre os assuntos que entendia que deviam ser transmitidos à Junta quanto antes, contavam-se duas questões altamente secretas que, no Ministério dos Negócios Estrangeiros, eram apenas do conhecimento do ministro, do secretário-geral, do director-geral dos Negócios Políticos e, quanto a um desses assuntos, de um funcionário que se achava em serviço no estrangeiro. Ambos os assuntos se relacionavam com a Guiné.

Quando o governo português autorizou, em 13 de Outubro de 1973, a utilização da base das Lajes para reabastecer os aviões de transporte americanos com material destinado a Israel, durante a guerra de Yom Kippur, insistiu com as autoridades americanas para a obtenção de mísseis terra-terra e terra-ar, com prioridade para estes últimos (tipo Red Eye), indispensáveis para a defesa da Guiné.

A situação militar na Guiné era difícil em virtude do asilo concedido às forças do PAIGC pela Guiné-Conacri e o Senegal. O equilíbrio de forças só era mantido pelo facto de o comando português dispor de uma força aérea, não dispondo o adversário de quaisquer meios aéreos. A partir de Março de 1973 os guerrilheiros do PAIGC passaram, todavia, a dispor, além de blindados, de mísseis Strella, fornecidos pela União Soviética, o que pôs em causa a supremacia aérea portuguesa no território da Guiné. O equilíbrio só poderia ser restabelecido com a obtenção de mísseis para as forças portuguesas.

Em 9 de Dezembro, o secretário de Estado Henry Kissinger e o ministro dos Negócios Estrangeiros Rui Patrício tiveram um encontro em Bruxelas, por ocasião da reunião ministerial da NATO. Perante a insistência do ministro português no sentido de obter o fornecimento de mísseis para as forças armadas portuguesas, o secretário de Estado americano declarou que seria necessário encontrar um «devious way» para o conseguir, e que estava procurando uma fórmula apropriada, pois o Congresso americano nunca permitiria um fornecimento de armas a Portugal. Assegurou ao ministro português que iria fazer tudo o que podia «ainda que tivesse de abater alguns colegas do State Department».

Em 17 de Dezembro Kissinger passou em Lisboa, num gesto de cortesia a que se sentia obrigado para com o governo português. Jantou nas Necessidades e após a refeição teve um encontro restrito com o colega português a quem reiterou as afirmações que fizera em Bruxelas, sugerindo, no entanto, que seria de tentar um contacto directo com as autoridades israelitas que poderiam fornecer os mísseis que desejávamos obter. Disse que facilitaria esse contacto e, com efeito, o embaixador israelita em Washington encontrou-se com o embaixador português Hall Themido. Deste contacto, todavia, nada de positivo resultou. Era evidente que Israel não estava disposto a fazer qualquer fornecimento directo a Portugal.

Kissinger remeteu-se então ao silêncio e, dado o carácter altamente secreto desta questão – acentuado pelo secretário de Estado americano quando esteve em Lisboa – não foram praticadas quaisquer outras diligências pela parte portuguesa.

Em fins de Fevereiro ou princípios de Março, o embaixador de um importante país europeu em Lisboa comunicou ao Ministério dos Negócios Estrangeiros que uma determinada instituição desse país estava em condições de fornecer mísseis Red Eye ao governo português. O director-geral dos Negócios Políticos, embaixador João de Freitas Cruz, ocupou-se de todos os pormenores desta operação e, pouco antes do golpe de 25 de Abril, foi informado de que os mísseis estavam a ser acondicionados para seguirem para Lisboa².

Tornava-se, portanto, necessário informar a Junta de Salvação Nacional sobre o assunto, a fim de serem tomadas as providências julgadas necessárias.

O outro assunto secreto, também referente à Guiné, era o seguinte: no princípio do ano a embaixada britânica em Lisboa comunicou ao director-geral dos Negócios Políticos que o presidente da Nigéria, general Gorook, informara o governo britânico de que estava em condições de conseguir que representantes do PAIGC se encontrassem com representantes do governo português para conversas meramente exploratórias. As autoridades britânicas estavam dispostas a ajudar à realização desse encontro.

O assunto foi exposto pelo ministro Rui Patrício ao presidente do Conselho Marcelo Caetano que deu carta branca ao Ministério dos Negócios Estrangeiros para levar a cabo essa operação, tomando uma atitude, assim a interpretei, como se lavasse as mãos de toda a questão. O ministro Patrício entregou-me a direcção da operação, que preparei com a colaboração do embaixador Freitas Cruz, que informou o embaixador britânico de que aceitávamos a proposta anglo-nigeriana com as seguintes condições: a) as conversas, inteiramente secretas, seriam puramente exploratórias, não havendo qualquer ordem do dia; b) as autoridades britânicas forneceriam todos os meios logísticos para a realização do encontro ou encontros, assegurando o seu secretismo; c) no caso de haver uma fuga, o governo português faria um desmentido, comprometendo-se o governo britânico a fazer o mesmo.

Para representar o governo português foi designado um experimentado diplomata português, que estava, na altura, gerindo um consulado na Europa e cujas visitas a Londres não suscitariam qualquer curiosidade.

Nas vésperas do movimento de 25 de Abril haviam sido realizados dois encontros na capital britânica, sem que tivesse transparecido qualquer notícia sobre tais reuniões³.

2. «Portugal e os Estados Unidos – Relações no Domínio da Defesa» in *Estratégia – Revista de Estudos Internacionais*, no. 3, 1987.

3. A 19 e 26 de Março de 1994, o *Expresso* trouxe, pela primeira vez, a público a notícia das conversas de Londres. O relato destas conversas contém, porém, algumas incorrecções e incongruências. Referindo-se às pessoas que estavam dentro do segredo das conversas, ignora a existência de um secretário-geral do MNE,

Embora não fosse necessário tomar quaisquer providências sobre tais conversas, que automaticamente se interromperiam após o golpe de Abril, julguei que seria necessário informar os novos governantes do país sobre o acontecido.

Dada a necessidade de dar conhecimento à Junta das duas matérias secretas referidas, fiz saber, na manhã do dia 27, por intermédio do Dr. Nunes Barata, da necessidade que tinha de obter uma audiência do general Spínola para o efeito. Foi-me dito que, em virtude de o general se encontrar extremamente ocupado, deveria comunicar com o general Costa Gomes, que havia reassumido as funções de chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas. Solicitei-lhe uma audiência que me foi concedida imediatamente, visitando-o no dia 27 ou 28 de Abril. Informei o general dos dois assuntos secretos e sugeri-lhe que recebesse o director-geral dos Negócios Políticos para este fornecer todos os pormenores sobre a operação relativa aos mísseis. O director-geral foi recebido pelo general Costa Gomes e a referida operação foi suspensa.

A fórmula triangular para, às ocultas do Congresso, fornecer mísseis americanos, na posse de Israel, a países interditados de os receber foi mais tarde utilizada para fornecer mísseis ao Irão em 1985. Nessa altura tentou-se, baldadamente, envolver Portugal nessa triangulação⁴.

Nos dias que se seguiram à revolução deu-se um acontecimento de importância política de que dei conhecimento à Junta. Visitou-me o Dr. António Pinto da França, que foi, durante cinco anos, encarregado de negócios em Jacarta, posto que deixara em meados dos anos 70, informando-me que chegara a Lisboa um membro do governo indonésio que desejava ter um encontro ao mais alto nível, no Ministério dos Negócios Estrangeiros. Encontrava-se em Paris quando eclodiu o movimento de 25 de Abril e recebera instruções do seu governo para ir a Lisboa fazer uma

que não só tinha perfeito conhecimento do que se passava, como foi quem, com a aprovação do ministro, delineou os princípios a que obedeceu a resposta dada às autoridades britânicas e que orientaram as conversas; assim como foi quem sugeriu a designação do cônsul em Milão para representar a parte portuguesa nas conversas. Sobre o secretismo das conversas, não só ficou estabelecido que, em caso de uma fuga, o governo português desmentiria a existência das conversas, como o governo britânico se comprometeu a fazer o mesmo.

O significado e alcance das conversas de Londres não pode ser correctamente avaliado sem ter em consideração o facto de o governo português aguardar, na altura, o fornecimento de mísseis Red Eye, com destino à Guiné, o que iria alterar de novo a situação militar naquele território. O Dr. Vilas Boas desconhecia totalmente este facto. As conversas foram aceites como conversas apenas exploratórias, sem qualquer ordem do dia aprovada de parte a parte. As declarações do Dr. Rui Patrício, que o *Expresso* registou, confirmam isto mesmo. Nada que o embaixador Vilas Boas declarou em Londres poderia vincular o governo português. Tratava-se de uma situação mais complexa do que o relato do *Expresso* deixa entender e é ir muito longe afirmar que Marcelo Caetano decidira negociar a independência da Guiné.

4. «Portugal e o Irangate» in *Diário de Notícias*, 16 de Julho de 1992.

comunicação importante aos novos governantes portugueses. Tendo acedido a recebê-lo, o Dr. Pinto da França trouxe-o no dia seguinte ao meu gabinete. Era um ministro de uma pasta técnica (já não me recorda qual Comunicações? Comércio?). Disse-me que o seu governo o encarregara de comunicar às novas autoridades portuguesas que a Indonésia não tinha quaisquer pretensões sobre Timor-Leste, mas que esperava que não fosse permitido que qualquer organização comunista controlasse o governo daquele território português. Se isso, infelizmente, acontecesse, o governo indonésio seria obrigado a intervir.

Agradei a comunicação, sem fazer quaisquer comentários sobre ela, dizendo que a iria transmitir à Junta de Salvação Nacional.

Preparei um pequeno relato desta conversa que enviei ao Dr. Nunes Barata para ser entregue ao general Spínola.

No dia 16 de Maio foi finalmente constituído o governo provisório, sob a presidência do Dr. Adelino da Palma Carlos, ocupando o Dr. Mário Soares a pasta dos Negócios Estrangeiros. Nesse mesmo dia, um pouco depois das cinco horas da tarde, o Dr. Mário Soares apresentou-se no Ministério e tive com ele uma curta conversa. Disse-me que viera apenas tomar contacto com o Ministério e que partiria logo para uma digressão por algumas capitais da Europa, regressando a Portugal dentro de alguns dias. Entretanto eu poderia contactar com o Dr. Victor da Cunha Rêgo, seu chefe de gabinete, para o que fosse necessário.

Aguardando o regresso do ministro tive alguns encontros com o Dr. Cunha Rêgo acerca dos problemas da casa. Constatei que era uma pessoa sensata e muito cortês com quem me entendi perfeitamente. Tinha tomado contacto com o conselheiro de embaixada Dr. Manuel Sá Machado, que chefiava então a secção do Pacto do Atlântico, e cujas qualidades de inteligência e honestidade o tinham logo impressionado. Este encontro providencial iria revelar-se de uma importância fundamental para a continuidade funcional do Ministério.

O Dr. Manuel Sá Machado era, com efeito, um funcionário excepcional. Além das suas invulgares qualidades excepcionais era uma pessoa de enorme bom senso, trato cordial e raras qualidades de carácter. O Dr. Cunha Rêgo indicou-o ao Dr. Mário Soares como a pessoa idónea para o informar sobre tudo o que respeitava ao Ministério e aos seus funcionários. Alguns dias depois da designação do Dr. Mário Soares, não sei precisar exactamente quando, o Dr. Sá Machado procurou-me dizendo-me que fora convidado a prestar informações sobre o Ministério ao directório do Partido Socialista, mas que nada queria fazer sem o meu conhecimento e sem ouvir primeiro a minha opinião. Agradei-lhe a comunicação feita e respondi-lhe que devia aceitar esse encargo, pois poderia assim prestar um alto serviço ao Ministério e à carreira, fornecendo informações

exactas e desfazendo muitas ideias erradas ou exageradas com que os diplomatas eram geralmente julgados. Eu tinha plena confiança na sua correcção e honestidade; e se ele não aceitasse aquele encargo, este poderia vir a ser exercido por algum oportunista mal intencionado, com efeitos desastrosos para a carreira.

A feliz circunstância de os Drs. Cunha Rêgo e Sá Machado terem assessorado o Dr. Mário Soares nos momentos cruciais em que iniciou as suas funções ministeriais, não só permitiu uma passagem de testemunho sem sobressaltos na gestão do Ministério dos Negócios Estrangeiros, como evitou o «assalto» que certas forças exteriores preparavam para dominarem ou se introduzirem naquele departamento do Estado, de importância capital naquele momento de grande transformação política operada no país.

Passados oito ou dez dias, terminada a sua digressão europeia, regressou a Portugal o Dr. Mário Soares, assumindo as suas funções ministeriais. Fui logo convocado ao seu gabinete e quando tentei fazer o habitual discurso pondo o meu cargo à disposição do ministro, este interrompeu-me logo para dizer que não era sua intenção proceder a qualquer depuração do pessoal diplomático, mas que no seu partido consideravam necessário que algumas caras fossem mudadas na direcção do Ministério. Achava que o secretário-geral e o director-geral político deviam ser substituídos, perguntando-me o que pensava se fosse enviado como embaixador para a Santa Sé.

Respondi que serviria em qualquer posto para que o governo entendesse enviar-me, e que aceitaria de bom grado servir o país em Roma junto da Santa Sé. Por certas alusões que me haviam sido feitas pelos Drs. Cunha Rêgo e Sá Machado, eu já esperava que aquele posto me fosse oferecido pelo ministro. Estava pois preparado a aceitar aquela designação por se tratar de um posto perfeitamente digno para um secretário-geral que deixava as suas funções.

O Dr. Mário Soares perguntou-me, em seguida, o que eu achava se ele fosse imediatamente visitar o núncio apostólico. Disse-lhe que competia a este, como decano do corpo diplomático, visitar o novo ministro; mas se fosse considerado de importância política, na conjuntura em que se encontrava o país, essa visita prévia do ministro, não via qualquer inconveniente que assim se procedesse. Já a despedir-me, perguntou-me ainda o ministro se achava bem que anunciasse ao núncio que seria eu o novo embaixador proposto para a Santa Sé. Respondi que também não via nisso inconveniente. No dia seguinte veio visitar-me um núncio radiante. Havia boas razões para ele assim se sentir.

Em princípios do mês de Junho, ao despedir-me do ministro, tentei referir-lhe algumas questões passadas ou em curso. Mas o Dr. Mário Soares, certamente preocupado sobretudo com a situação política interna, não se mostrou interessado em ouvir-me. Referi-lhe, em todo o caso, a possibilidade de surgir um problema político delicado com o aproveitamento político da interdição do divórcio civil para os casados catolicamente, imposta pela concordata com a Santa Sé. O ministro não se mostrou, no entanto, preocupado com uma tal hipótese.

Não tardou muito, porém, que se constituísse uma associação para lutar pela revisão ou denúncia da concordata. Foram marcadas eleições legislativas para Março do ano seguinte e o Partido Comunista não tardou em apoiar a referida associação, sendo seguro que o PC não deixaria de utilizar o problema da concordata na sua campanha eleitoral. Era caso para o Partido Socialista se preocupar, visto que os dois ministérios de que o assunto dependia directamente – Negócios Estrangeiros e Justiça – eram dirigidos por duas figuras proeminentes daquele partido. Não fiquei, pois, surpreendido quando em Outubro recebi instruções para propor à Santa Sé a abertura de negociações para a revisão da concordata.

Se, no que se refere ao funcionamento dos serviços do Ministério dos Negócios Estrangeiros, a transição entre o regime decaído e o novo regime político se fez sem grandes sobressaltos e, praticamente, sem ruptura, o mesmo, porém, não se poderá dizer quanto à transferência dos dossiers relativos à condução da política externa. Se há negócios do Estado em que o conhecimento dos antecedentes é de importância fundamental, são precisamente aqueles que dizem respeito às relações externas. Os novos dirigentes políticos, após a revolução, andavam prioritariamente preocupados com os problemas resultantes do rescaldo da revolução, mas, além disso, havia um nítido propósito de inteira ruptura com o passado, o que em muitos aspectos da política externa não fazia sentido e só era inconveniente para a defesa dos interesses nacionais.

Eu poderia ter fornecido aos novos governantes do país muitas informações úteis para a condução da nova orientação que se pretendia dar à nossa política externa, se tivesse sido interrogado ou solicitado para o fazer. Isso não aconteceu, perdendo-se vantagens negociais, pelo menos em relação a duas matérias importantes em que eu estava particularmente bem situado para fornecer essas informações: as chamadas «negociações europeias» e as negociações com os Estados Unidos da América.

Apesar da hostilidade de Salazar ao «movimento europeu», sobretudo aos aspectos políticos deste movimento, tinham-se dado, mercê de várias circunstâncias, alguns passos importantes no sentido da integração de Portugal em certos organismos económicos e da cooperação com as Comunidades Europeias. Por circunstâncias da minha carreira, estive ligado desde 1951 a todas estas etapas de integração e cooperação económica europeia, e a minha experiência directa

destas matérias não poderia deixar de ser de grande utilidade aos novos governantes⁵.

Mais significativo ainda era o papel importante que eu desempenhara na reformulação das nossas relações com o governo americano, iniciada por Marcelo Caetano, e que levou ao acordo preliminar de 1971, que deveria ser renegociado precisamente em 1974, assunto de que eu me ocupara pessoalmente como director-geral dos Negócios Económicos e, depois, como secretário-geral do Ministério. Pessoas pouco familiarizadas com as circunstâncias e os objectivos do acordo luso-americano de 1971 sobre a utilização pelas forças americanas da base das Lajes, têm procurado minimizar a importância deste acordo, que constituiu uma alteração significativa da política até então seguida por Salazar em relação aos Estados Unidos.

Em virtude das graves divergências entre o governo português e o governo americano, durante a administração do presidente Kennedy, Salazar decidiu não renovar o acordo existente com os Estados Unidos para a utilização da base das Lajes, ficando estes, a partir de 1964, a utilizá-la numa base precária, no ponto de vista jurídico. Esta política foi apresentada à opinião pública portuguesa como uma ameaça pendente sobre o governo americano, que podia em qualquer momento ser convidado a abandonar a base, o que constituiria um trunfo na mão do governo português. Tudo isto era perfeitamente ilusório e só tinha efeitos de carácter interno. Uma ameaça só existe, na verdade, quando pode ser levada a cabo. A carta na mão do governo português não era trunfo nenhum, pois não podia ser jogada. Nunca, aliás, passou pela cabeça de Salazar solicitar aos americanos que partissem da base das Lajes.

Se um tal pedido fosse feito pelo governo português, a reacção americana seria uma de duas:

- recusarem deixar a base, de forma directa ou indirecta, através de medidas dilatórias, o que colocaria o governo português numa situação ridícula;
- ou, efectivamente, pegarem nas malas e saírem, batendo com a porta na nossa cara, o que seria desastroso para o governo português.

A complexidade das nossas relações com os Estados Unidos era tal que as consequências desta segunda hipótese, a verificar-se, seriam de facto desastrosas para o governo, para a condução da guerra em Africa e até para a sobrevivência do regime. Se os meios de comunicação pública e os meios académicos nos Estados Unidos eram fortemente hostis ao governo português, em virtude da sua política ultramarina, e este estado da opinião pública americana originava a hostilidade do Congresso para com Portugal, existiam, no entanto, instituições importantes da administração que tinham simpatia pelo nosso país pois, discretamente, o ajudavam. Estava nesse caso o Departamento de Defesa, ou Pentágono, envolvido na difícil guerra do Vietname, que olhava com simpatia para a luta dos portugueses em Africa. A ajuda do Pentágono a Portugal manifestava-se pelas mais diversas formas: fechando os olhos à nossa utilização de material de origem americana

5. «Portugal e a Integração Europeia» in *Estratégia – Revista de Estudos Internacionais*, no. 4, 1987-88.

adstrito à NATO e que nós, indevidamente, utilizávamos em África; treinando o nosso pessoal militar e prestando ainda muitos outros auxílios mais ou menos reservados. Uma saída dos americanos das Lajes por intimação nossa faria cair automaticamente todas estas ajudas discretas.

A boa vontade em nos ajudar existia também noutros departamentos, incluindo o próprio Departamento de Estado, apesar da sua Africa Division partir sempre em guerra contra nós. Recordo-me, por exemplo, que, numa altura difícil para a nossa indústria têxtil, consegui obter do Departamento do Comércio, com a ajuda do Departamento de Estado, um aumento considerável da quota de importação de fio de algodão português. E poderia citar ainda outros casos demonstrativos de que, apesar das divergências políticas entre os dois países, um vasto campo de cooperação entre ambos existia, e que não estávamos em posição de romper abruptamente com a mais importante potência mundial sem graves consequências para o nosso país.

Reconhecendo-se a inutilidade da política de Salazar em relação aos Estados Unidos, o governo de Marcelo Caetano enveredou por uma política mais realista. Evitou-se qualquer confrontação no terreno ideológico e político com o governo de Washington a respeito da política ultramarina portuguesa, procurando obter-se o máximo de cooperação americana possível noutros campos, explorando a atitude mais compreensiva do presidente Nixon. Foram assim propostas negociações às autoridades americanas em 6 de Janeiro de 1969, baseadas nos seguintes princípios: i) não seriam solicitadas às autoridades americanas quaisquer garantias políticas; ii) abandonava-se a posição, até aí assumida, de não solicitar contrapartidas pela concessão de facilidades nos Açores; iii) essas contrapartidas seriam de carácter económico, excluindo-se os armamentos.

Das negociações, levadas a cabo em 1971, resultou o acordo de 9 de Dezembro desse ano. A parte portuguesa, dado o modesto conteúdo do acordo, propôs que a sua duração fosse apenas de dezoito meses, mas a parte americana «implorou» que fosse estabelecida uma duração de, pelo menos, dois anos, fixando-se o termo do acordo em 3 de Fevereiro de 1974. Os críticos do acordo esquecem-se de referir a curta duração de um acordo desta natureza. Tratava-se na verdade, de um acordo provisório, e assim foi entendido por ambas as partes, destinado a aguardar a reeleição do presidente Nixon, dada como certa, prevendo-se que num segundo mandato o presidente teria menos inibições políticas para ampliar a cooperação dos Estados Unidos com Portugal.

Este objectivo foi grandemente prejudicado pelo escândalo do Watergate ocorrido logo após a reeleição de Nixon. A revolução de 25 de Abril veio alterar os dados do problema, fazendo desaparecer alguns dos obstáculos políticos ao desenvolvimento das relações com o governo americano, mas o período de confusão e má gestão política que se seguiu, não permitiu a negociação de um novo acordo sobre a base das Lajes, que só foi efectuada, tardiamente, em 1979, com fracas contrapartidas e para vigorar até 1983. Ironicamente, quando, terminada a minha

missão em Roma, regressei a Portugal, fui, em breve, encarregado de negociar um novo acordo com os Estados Unidos sobre a base das Lajes, que foi assinado em Dezembro de 1983, desta vez com importantes contrapartidas para Portugal⁶. Estávamos, porém, já longe dos tempos frustrantes e confusos do pós-25 de Abril.

6. «Portugal e os Estados Unidos» in *Estratégia – Revista de Estudos Internacionais* no. 3, 1987.